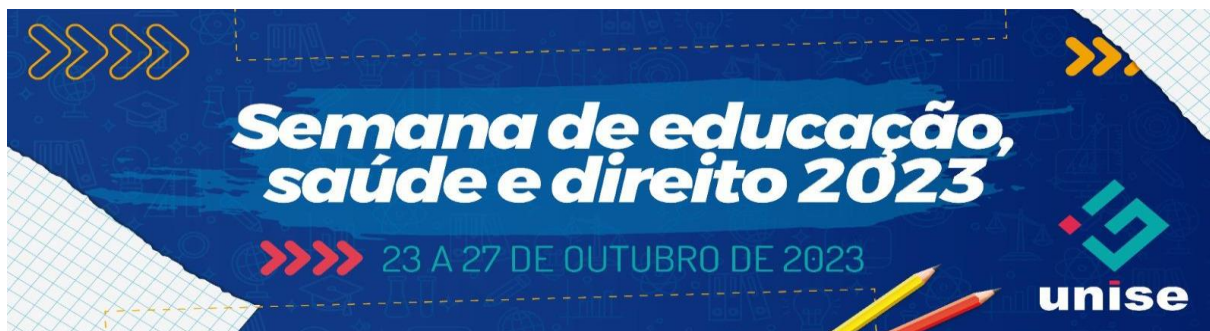




ESCOLARIZAÇÃO PARA CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

ANDRADE, Silmara Prestes Ribeiro¹
LIMA-BERTON, Tatiane Delurdes de²

RESUMO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, de Revisão Sistemática, de alcance descritivo e exploratório. Teve como objetivo geral, compreender como ocorre a escolarização para crianças em situação de acolhimento institucional. A coleta de dados selecionou 03 artigos científicos e constatou-se que se tem negligenciado o processo de escolarização ao que se refere às crianças que não frequentam a Educação Infantil, assim como não possuem ações educativas não escolares, de reforço à socialização. As instituições de acolhimento limitam-se a ofertar a escolarização obrigatória a partir do Ensino Fundamental, sem o exercício de outras ações. Observou-se o reconhecimento das ações educativas para o desenvolvimento infantil e interação. As fragilidades analisadas permeiam a falta de profissionais, de atendimento psicossocial e infraestrutura para atendimento das demandas, negligência às crianças com deficiência que não frequentam escolas regulares ou especiais, falta de convivência comunitária, crenças preconceituosas sobre o processo de adoção, complicações no processo de desligamento por maioridade penal, pela não inserção familiar acompanhada. Os potenciais analisados envolvem o reconhecimento dos profissionais atuantes sobre a legislação como um fator obrigatório, compreensão de que o indivíduo pode ter relações com a comunidade e dialogar sobre seus direitos, da valorização do professor, do educador para o desenvolvimento da criança, visto sua convivência diária. Desse modo, sensibiliza-se a importância das ações educativas para crianças em situação de acolhimento institucional para garantir seu desenvolvimento pleno e seus direitos humanos fundamentais. Para a discussão dos dados utilizou-se os estudos de Hillesheim, Wuo (2023), Jacinto, (2021) e Jacinto, Dazzani (2020).

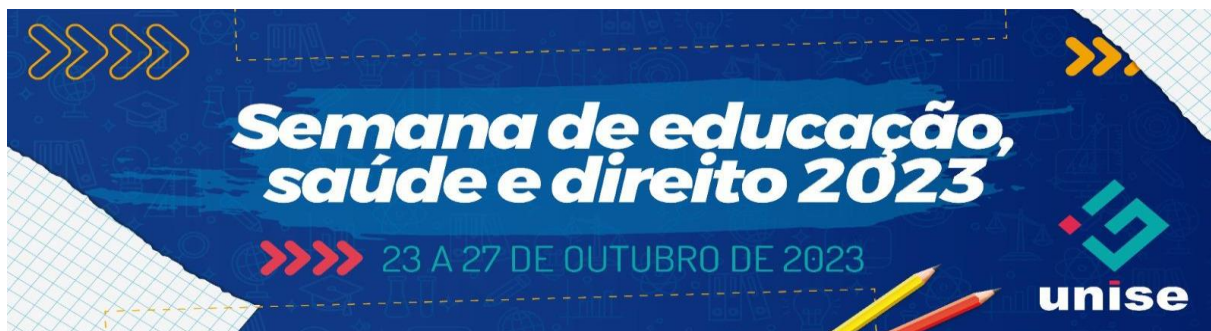
Palavras-chave: Acolhimento Institucional; Criança; Escolarização; Revisão Sistemática.

1 INTRODUÇÃO

É considerado criança o sujeito entre 0 a 12 anos incompletos, na qual possuem seus direitos e deveres preservados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Brasil, 1990). Quando o direito de uma criança é violado como por exemplo, da liberdade, dignidade, do direito de expressão, trabalho escravo, violação

¹ Estudante do curso de Pedagogia da Faculdade UNISE, e-mail: silmaraandrade@hotmail.com

² Professora doutora do curso de Pedagogia da Faculdade UNISE, e-mail: tati8lima@gmail.com

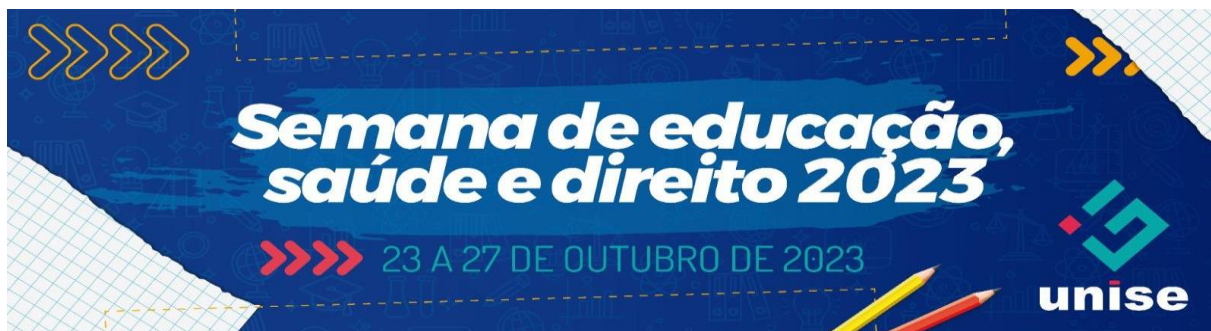


sexual, o seu responsável é penalizado e essa criança passa por um acompanhamento psicossocial, no qual ela será ou não institucionalizada (quando a criança é retirada no núcleo familiar e encaminhada para uma instituição de acolhimento). Esse processo dependerá da violação que essa criança teve, na qual terá acompanhamento psicológico, passará por ações educativas para a sua própria produção de conhecimento e o encaminhamento para políticas públicas disponíveis em sua cidade. A criança que sofreu violência passará por acompanhamento psicossocial na Proteção Social Especial, pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Conselho Tutelar e Poder Judiciário - Vara da Família (Brasil, 2019).

O acolhimento institucional é uma política pública e é administrado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo um espaço de acolhida provisório ou definitivo para crianças e adolescentes que sofreram maus tratos, abandono, ou tiveram suas guardas retiradas, direitos violados. Existem diferentes nomenclaturas para as situações de acolhimento institucional, sendo a "Casa Lar" e/ou "Abrigo Institucional", que atendem crianças e adolescentes (Brasil, 2019).

Pensando na relevância do processo de escolarização para crianças em situação de acolhimento institucional, o presente estudo tem como questão norteadora responder: "Qual é o direcionamento da escolarização para crianças em situação de acolhimento institucional?". Nesse sentido, o objetivo geral visa "compreender como ocorre a escolarização para crianças em situação de acolhimento institucional". Têm-se como objetivos específicos distinguir as ações educativas (escolares e não escolares) das crianças em situação de acolhimento institucional; verificar o panorama de produções científicas sobre as ações educativas nas instituições de acolhimento; identificar as fragilidades e as potencialidades que ocorrem na escolarização para crianças abrigadas e; sensibilizar a importância das ações educativas para crianças em situação de acolhimento institucional. Considerou-se que é uma pesquisa de relevância para profissionais e acadêmicos, pois, tem-se contato com crianças de várias crenças, etnias e situações e assim, necessita-se da compreensão de seu desenvolvimento e das práticas éticas e respeitadas, de forma mais humanitária.

2 METODOLOGIA

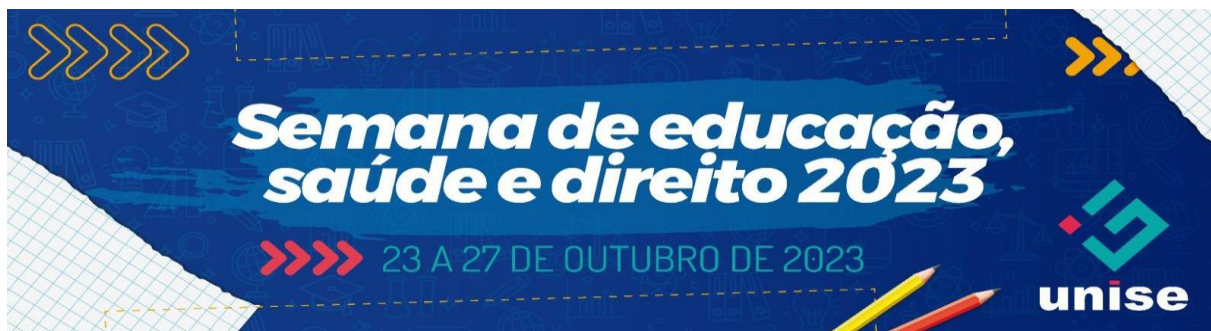


O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, de alcance descritivo e exploratório, de Revisão Sistemática. Sua escolha ocorreu por não se utilizar de parâmetros de medição numérica e sim da discussão sobre fenômenos sociais, de situações problema que levam a novas indagações e reflexões (Sampieri; Collado; Lucio, 2013). Para a coleta de dados, houve a escolha do banco de dados do Google Acadêmico. Optou-se pela seleção das seguintes palavras-chave: “acolhimento institucional” + “escolarização” + “criança” + “adolescente”.

Na coleta dos dados, a primeira etapa foi a leitura dos títulos e resumos, seguindo os critérios de inclusão: aproximação ao tema pesquisado (escolarização de crianças em situação de acolhimento institucional), entre os anos de 2019 a 2023, artigos científicos e que dialoguem sobre o tema. A segunda etapa foi a realização da leitura flutuante dos artigos escolhidos, seguindo para a análise das produções: tipos de pesquisas, anos mais publicados, resultados que oportunizem apontar práticas pedagógicas. Para a análise dos dados foi realizada uma tabela com as principais informações sobre as pesquisas: área publicada, ano, autores, resumo, palavras-chave, processo de escolarização, dentre outros dados que emergirem na pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a Revisão Sistemática chegou-se ao total de 1980 resultados, sendo elaborada a análise dos dados a partir dos critérios de inclusão e exclusão. Como primeiro passo foi inserido a data de busca, sendo a partir de 2019. Nessa etapa diminuiu-se para 827 resultados. O segundo refinamento foi por meio da escolha de pesquisas em Língua portuguesa, no qual obtivemos o resultado de 805 estudos. No terceiro refinamento selecionou-se os artigos de revisão, por meio da leitura dos títulos e resumos, no qual obtivemos o resultado de 8 estudos. O quarto passo foi a leitura flutuante, seguindo os critérios de inclusão e para finalizar, encontrou-se 3 artigos que dialogam sobre o assunto a ser explorado. Tendo, então, como objetivo geral, compreender como ocorre a escolarização para crianças em situação de acolhimento institucional, constatou-se nos estudos analisados, que se tem negligenciado o processo de escolarização ao que refere às crianças que acabam não frequentando a Educação Infantil, assim como não possuem ações educativas não escolares, de reforço à socialização.



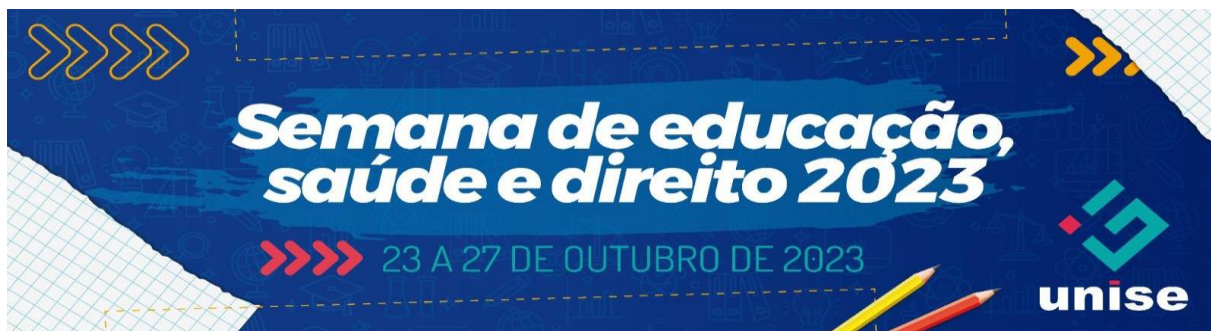
Ao buscar distinguir as ações educativas (escolares e não escolares) das crianças em situação de acolhimento institucional, percebeu-se que as instituições de acolhimento se limitam em ofertar a escolarização obrigatória a partir do Ensino Fundamental, sem o exercício de outras ações. Hillesheim, Wuolac (2023), Jacinto, (2021) e Jacinto, Dazzani (2020) mencionam que, mesmo ocorra a fragilidade das práticas educativas escolares e não escolares, há o reconhecimento da sua importância para o desenvolvimento infantil, assim como para o processo de socialização. Verificando o panorama científico, observou-se no banco de dados Google Acadêmico que há ausência de produções científicas sobre as ações educativas nas instituições de acolhimento, o que reforça a importância de investigações sobre a escolarização.

Identificou-se, ademais, que há fragilidades e potencialidades na escolarização para crianças em situação de acolhimento, sendo frágil pela falta de profissionais, de atendimento psicossocial e infraestrutura para atendimento das demandas, negligência às crianças com deficiência que não frequentam escolas regulares ou especiais, falta de convivência comunitária, crenças preconceituosas sobre o processo de adoção, falta de diálogo sobre as fragilidades e as potencialidades da criança, complicações no processo de desligamento por maioria penal, pela não reinserção familiar acompanhada e escolarização profissionalizante.

Os potenciais analisados envolvem o reconhecimento dos profissionais atuantes sobre a legislação como um fator obrigatório, compreensão de que o indivíduo pode ter relações com a comunidade e dialogar sobre seus direitos, da valorização do professor, do educador para o desenvolvimento da criança, visto sua convivência diária. Desse modo, sensibiliza-se a importância das ações educativas para crianças em situação de acolhimento institucional para garantir seu desenvolvimento pleno e seus direitos humanos fundamentais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reforça-se a importância do tema envolvendo o processo de escolarização de crianças em situação de acolhimento, na qual é necessário sensibilizar que sejam promovidos mais estudos na área, principalmente ao que tange a área da Educação. A pesquisa sensibiliza o olhar para as crianças em situação de acolhimento institucional, a preservação da vida, dos seus



direitos, reconhecendo que o processo de escolarização se torna fundamental para esse processo de construção do sujeito, de seu desenvolvimento e suas relações.

Faz-se necessário ampliar as políticas públicas para que a criança em situação de acolhimento possa desenvolver atividades na comunidade, fora do abrigo, para que ela possa conhecer outros espaços além da escola e seu lar temporário. Deve-se incentivar a interação das crianças, a não exclusão. Escuta-se sobre a importância da família e escola e da relação educador e educando. Assim, é necessário discutir também sobre abrigo e escola, do diálogo concreto entre a escola, espaços não escolares e instituições de acolhimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal, 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens**. Distrito Federal, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/servicos-de-acolhimento-para-criancas-adolescentes-e-jovens>>. Acesso em: 13 mai. 2023.

HILLESHEIM, Luana.; WUO, Andreia Soares. A Inclusão de Crianças em Situação de Acolhimento Institucional na Educação Infantil: revisão de literatura. **Educação Em Foco**, v. 28, n. 01, p. 1-16, mar./mai. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/40588>>. Acesso em: 14 set. 2023.

JACINTO, Pablo Mateus dos Santos. Acolhimento Institucional e Educação: uma revisão integrativa de literatura em Psicologia. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, v. 14, n. 9, p. 1-20, 2022. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/opara/article/view/10664>>. Acesso em: 14 set. 2023.

JACINTO, Pablo Mateus dos Santos; DAZZANI, Maria Virgínia Machaado. Acolhimento institucional e desinstitucionalização: uma revisão integrativa de literatura em Psicologia. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1–15, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/16477>>. Acesso em: 14 set. 2023.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández.; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5ª ed., Porto Alegre: Penso, 2013. p. 99-110.